LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 2024/51**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****DGCO nº 03291/2024**
OC nº 195693

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DECORRENTE DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº **2024/51**, REALIZADA EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 13.303, DE 30.06.2016, E O REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A., PUBLICADO EM SUA PÁGINA ELETRÔNICA (WWW.BBTS.COM.BR) QUE ENTRE SI FAZEM NESTA E MELHOR FORMA DE DIREITO, DE UM LADO A **BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.**, EMPRESA COM SEDE EM BRASÍLIA/DF, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA SOB O NÚMERO 42.318.949/0013-18, ADIANTE DENOMINADA **CONTRATANTE**, REPRESENTADA PELO(S) ADMINISTRADOR(ES) NO FINAL QUALIFICADO(S) E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA **INVITEC SERVICOS DE SEGURANCA E TECNOLOGIA**, SITUADA NO SETOR SRTVN QD 702 CONJUNTO P, LOJA 53, TERREO, EDIF BRASÍLIA RADIOCENTER, ASA NORTE, BRASÍLIA/DF, CEP 70.719-900, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA SOB O NÚMERO 31.974.592/0001-76, NESTE ATO REPRESENTADA NA FORMA DE SEUS ATOS CONSTITUTIVOS PELO(S) SEU(S), REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) AO FINAL QUALIFICADO(S) E ASSINADO(S), ADIANTE DENOMINADA **CONTRATADA**, CONSOANTE AS CLÁUSULAS ABAIXO. **A MINUTA-PADRÃO DO PRESENTE CONTRATO FOI APROVADA PELOS PARECERES JURÍDICOS Nº 602/2020 (OS nº 627532), Nº 1166/2022 (OS nº 735193), Nº 1423/2022 (OS nº 701842), Nº 1698/2022 (OS nº 803401), Nº 2630/2023 (OS nº 922374), Nº 2023/2897 (OS nº 976534), Nº 2024/3122 (OS nº 1011447), Nº 2024/3093 (OS nº 10000973) e Nº 2024/3149 (OS nº 1010135).**

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços em regime de comodato, para fornecimento, instalação e manutenção de solução tecnológica para controle de acesso de pessoas e veículos na filial Goiânia, de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no Documento nº 1.

Parágrafo Primeiro - Os serviços serão prestados diretamente pela CONTRATADA, vedada a cessão, transferência ou subcontratação, total ou parcial, exceto se previstas neste contrato.

Parágrafo Segundo - O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses elencadas no Regulamento de Licitações e Contratos da BB Tecnologia e Serviços S.A., disponibilizado no site www.bbts.com.br, desde que acordado entre as partes.

Parágrafo Terceiro - Em havendo necessidade de acréscimos ao contrato, o novo valor total pactuado não poderá ultrapassar em 25% o valor total inicial atualizado do contrato.

Contrato - Serviços sem Cessão de Mão de Obra

Parágrafo Quarto - Entende-se como VALOR TOTAL INICIAL ATUALIZADO, o valor total inicial do contrato acrescido de eventual reequilíbrio e das repactuações porventura concedidas, desconsiderando os acréscimos ou supressões realizadas.

VIGÊNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - A vigência deste contrato é de 12 meses, contada a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 60 meses.

Parágrafo Primeiro - Os serviços deverão ser iniciados na data de assinatura do contrato por todos os signatários.

Parágrafo Segundo - Toda prorrogação do prazo estabelecido no Parágrafo Primeiro será justificada por escrito e previamente autorizada pela CONTRATANTE, passando tal documento a integrar o contrato.

Parágrafo Terceiro - Constituem motivos, dentre outros, para a rescisão contratual:

- a. não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b. cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c. lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço no prazo estipulado;
- d. atraso injustificado no início do serviço;
- e. paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE. Neste caso, a CONTRATADA responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que a CONTRATANTE, como consequência, venha a sofrer;
- f. subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g. desatendimento das determinações regulares da CONTRATANTE, decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;
- h. cometimento reiterado de faltas na execução do serviço;
- i. decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j. dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k. alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo a que se refere o contrato;
- m. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- n. não apresentar comprovante de garantia na forma da Cláusula Sétima para o cumprimento das obrigações contratuais;
- o. utilizar a CONTRATADA, em benefício próprio ou de terceiros, informações sigilosas

- às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais;
- p. deixar de comprovar os requisitos de habilitação, inclusive os que são avaliados nos documentos fiscais federais, o relativo aos débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho e o relativo ao FGTS dos seus empregados;
 - q. vier a ser declarada inidônea pela União;
 - r. vier a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;
 - s. praticar atos lesivos, devidamente comprovados à Administração Pública, Nacional ou Estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Quarto - A rescisão deste contrato poderá ocorrer também nas seguintes hipóteses:

- a. administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nas seguintes situações:
 - i. não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - ii. cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
 - iii. lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;
 - iv. atraso injustificado no início do serviço;
 - v. paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
 - vi. subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
 - vii. cometimento reiterado de faltas na execução do serviço;
 - viii. decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - ix. dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
 - x. razões de interesse do CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no dossiê do Contrato;
 - xi. abandono do serviço, assim considerado, para os efeitos contratuais, a paralisação imotivada dos serviços;
 - xii. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- b. administrativamente, por ato unilateral, sem aviso prévio e sem dever de indenizar na seguinte situação:
 - i. Se a CONTRATADA Sofrer condenação, por decisão com trânsito em julgado, em crime de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.
- c. amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do CONTRATANTE, mediante aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 90 dias ou de prazo menor, a ser negociado pelas partes à época da rescisão;

d. judicialmente, nos termos da legislação.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, observado o rito estabelecido no Regulamento de Licitações e Contratos da BB Tecnologia e Serviços S.A.

Parágrafo Sexto - As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra a CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

Parágrafo Sétimo - A rescisão acarretará, de imediato:

- a. execução da garantia, para ressarcimento, à CONTRATANTE, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ele devidas;
- b. retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

PREÇO

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, para o período de 12 meses o valor total de R\$ 75.829,80, sendo parcela única de R\$ 15.000,00 pelo serviço de instalação e fornecimento de Cartões e TAGs e R\$ 5.069,15 referente ao pagamento do comodato que ocorrerá mensalmente. Preço apurado conforme metodologia de cálculo constante do Demonstrativo de Orçamento de Custos - Documento nº 2, que integra este contrato.

CLÁUSULA QUARTA - Nos valores fixados na cláusula acima, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços, tais como de pessoal, de administração e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.) incidentes sobre o serviço.

CLÁUSULA QUINTA - O preço estipulado poderá ser repactuado mediante acordo entre as partes, de acordo com a legislação vigente, adotando-se como parâmetros básicos a qualidade e os preços de mercado para a prestação dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Primeiro - Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

Parágrafo Segundo - O disposto nesta cláusula não impede a eventual concessão de reequilíbrio contratual, na forma do § 6º do art. 81 da Lei 13.303/16.

PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA - A nota fiscal/fatura deverá:

- a) Conter o número da Ordem de Compra, número do DGCO do Contrato, o objeto contratual e o mês da prestação dos serviços;
- b) conter agência e número da conta corrente;
- c) conter o endereço onde os serviços foram efetivamente prestados.

- d) conter no corpo da nota fiscal o item de serviço conforme indicado na Lei 116/2003, quando couber;
- e) nos casos de dedução da base de cálculo do ISSQN ou INSS, deverá ser incluído no corpo da nota fiscal o valor dos itens/materiais aplicados na prestação do serviço;
- f) ser entregue à CONTRATANTE, em até 5 dias úteis subsequentes a data de sua emissão, sendo entregue até o dia 21 do mês de sua emissão, acompanhada do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, relativo à prestação de serviços nos municípios em que o documento é exigido;
- g) deverá também ser informado de maneira clara, no caso de empresas não domiciliadas no local da prestação de serviço, número referente ao cadastramento de prestador de outro Município (CPOM), cadastro de empresa não estabelecida (CENE), ou similar, de acordo com exigência legal determinada pelos Municípios.
- h) nas localidades que exigem cadastramento de prestador de outro Município (CPOM), cadastro de empresa não estabelecida (CENE) ou similar de empresas não domiciliadas nas mesmas, a CONTRATADA deverá apresentar na NF-e o número do cadastro referente ao serviço prestado, ou na impossibilidade, anexar declaração formal fornecida pelo site da prefeitura.

Parágrafo Primeiro - O pagamento será creditado em conta corrente mantida preferencialmente no Banco do Brasil S.A., em nome da CONTRATADA, onde o serviço de instalação e fornecimento de cartões e TAGs será creditado, em parcela única, , em até 30 dias corridos a contar da data de emissão da Nota fiscal, acompanhada do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, relativo aos municípios em que o documento é exigido. O pagamento do comodato será creditado mensalmente, , com primeira parcela em até 30 dias corridos a contar da data de emissão da Nota fiscal, acompanhada do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, relativo aos municípios em que o documento é exigido.

Parágrafo Segundo - Constatando a CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura ou recibo de prestação de serviços, esta será devolvida à CONTRATADA em, no máximo, 2 dias úteis a contar da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções. Caso até o dia ajustado para o pagamento, a Nota Fiscal não tenha sido atestada pela CONTRATANTE, na forma ajustada neste contrato, por culpa da CONTRATADA, o prazo para pagamento será prorrogado para até 7 dias úteis após o ateste pela CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim exigir.

CLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATADA que se declarar amparada por isenção de tributos, nos moldes tratados pela Instrução Normativa RFB nº 1234/12, da Receita Federal em que não ocorra a incidência ou alíquota zero, deve informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, apresentando as declarações pertinentes, conforme modelos contidos na mencionada Instrução Normativa.

GARANTIA

CLÁUSULA OITAVA - A CONTRATADA entregará à CONTRATANTE comprovante de garantia, em uma das modalidades previstas no Art. 70 da Lei 13.303/2016, no valor de

R\$ 3.791,49, correspondente a 5% do valor deste contrato, como forma de garantir a perfeita execução de seu objeto.

Parágrafo Primeiro - A garantia deverá ser enviada por meio do e-mail contratos@bbts.com.br, no prazo máximo de 30 dias corridos contados da data de início dos serviços prevista no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, prorrogável por mais 10 dias, mediante aceitação pela CONTRATANTE de justificativa encaminhada pela CONTRATADA.

Parágrafo Segundo - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa na forma da Cláusula Vigésima Sexta do contrato.

Parágrafo Terceiro - A modalidade de garantia escolhida deverá ser válida durante todo o período de vigência contratual, estendendo-se por mais 3 meses, e, se solicitada, a via original deverá ser entregue no seguinte endereço: SEPN Comércio Residencial Norte 508 - Asa Norte, Brasília - DF, 70.740-543.

Parágrafo Quarto - No caso de opção pelo seguro garantia e nas hipóteses de concessão de repactuação retroativa, o fornecedor deverá apresentar endosso à apólice original com efeitos retroativos, a fim de que o valor assegurado reflita o valor do contrato atualizado, inclusive no tempo.

Parágrafo Quinto - A garantia constituída na forma do parágrafo acima é provisória, de modo que a CONTRATADA pode, a qualquer tempo, substituí-la por quaisquer das modalidades de garantia previstas no Art. 70 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Sexto - Quanto às modalidades de garantia:

a) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, preferencialmente, na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária;

b) em caso de fiança bancária, deverão constar no instrumento, os seguintes requisitos:

i) ser emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da CONTRATADA, garante a plena execução contratual e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual;

ii) prazo de validade correspondente a 90 dias após o período de vigência do Contrato;

iii) registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no Artigo 129 da Lei nº 6015/73 (Lei de Registros Públicos);

iv) expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento ao CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

v) declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do Artigo Segundo da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

vi) expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos Artigos 827 e 838 do Código Civil; e

vii) cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.

c) não será aceita fiança bancária que não atenda aos requisitos estabelecidos;

- d) em se tratando de seguro-garantia a apólice deverá indicar:
- i) CONTRATANTE como beneficiário;
 - ii) que o seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, no instrumento contratual, até o valor da garantia fixado na apólice;
 - iii) conter cláusula adicional que traga a exigência de manifestação da SEGURADORA em até 48 horas a contar de sua comunicação, quando houver necessidade de alterações contratuais não previamente estabelecidas no Contrato, sob pena de configurar anuência tácita às alterações pretendidas;
 - iv) não será aceita apólice que contenha cláusulas contrárias aos interesses da CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo - O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

Parágrafo Oitavo - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Gestão de Contratos da CONTRATANTE deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo Nono - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

Parágrafo Décimo - Havendo majoração do preço contratado, a CONTRATANTE deverá solicitar formalmente à CONTRATADA a integralização da garantia, limitada a 5% do novo preço. No caso de supressão, a alteração na garantia para adequação ao novo valor ocorrerá mediante solicitação expressa da CONTRATADA, respeitado o percentual de 5% do novo preço contratado.

Parágrafo Décimo Primeiro - A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando a CONTRATANTE autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão.

Parágrafo Décimo Segundo - Utilizada a garantia, a CONTRATADA obriga-se a integralizá-la no prazo de 5 dias úteis contado da data em que for notificada formalmente pela CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Terceiro - O valor da garantia somente será liberado à CONTRATADA quando do término ou rescisão do contrato, desde que não possua dívida inadimplida com a CONTRATANTE e mediante expressa autorização deste.

Parágrafo Décimo Quarto - A garantia a ser apresentada responderá pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA eventualmente inadimplidas na vigência deste Contrato e da garantia, e não serão aceitas se o garantidor limitar o exercício do direito de execução ou cobrança ao prazo de vigência da garantia.

CLÁUSULAS GERAIS

CLÁUSULA NONA - Para realização dos serviços ajustados, a CONTRATADA designará empregados de seu quadro, especializados e devidamente credenciados, assumindo total

responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho, assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao presente contrato.

Parágrafo Primeiro - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos mencionados nesta cláusula, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. Caso venha a CONTRATANTE a satisfazê-los ser-lhe-á assegurado direito de regresso, sendo os valores pagos atualizados financeiramente, desde a data em que tiverem sido pagos pela CONTRATANTE até aquela em que ocorrer o ressarcimento pela CONTRATADA.

Parágrafo Segundo - A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento das obrigações mencionadas no "caput" desta cláusula.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA se obriga a substituir, mediante solicitação formal e a critério da CONTRATANTE, quaisquer de seus empregados designados para executar as tarefas pertinentes a este contrato, que não esteja correspondendo aos padrões estabelecidos pela CONTRATANTE. A CONTRATADA terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação, para proceder à troca, sob pena de multa.

Parágrafo Quarto - Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas regulamentares da "Segurança e Medicina do Trabalho" cabíveis, bem como, se for o caso, a obrigação de organizar "Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA."

Parágrafo Quinto - O não cumprimento das obrigações mencionadas no *caput* desta cláusula ensejará a instauração de processo administrativo em desfavor da CONTRATADA para aplicação das penalidades previstas por este instrumento contratual, sem prejuízo de eventual rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - A CONTRATADA se compromete a fornecer, por escrito e mediante solicitação da CONTRATANTE, relatório sobre os serviços prestados, acatando sugestões motivadas, visando corrigir possíveis falhas e melhor atender às necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação. Assume, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada um, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão Unificada, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, por elas administrados, inclusive contribuições previdenciárias;
- b) prova de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

Parágrafo Primeiro - Caso seja possível a CONTRATANTE verificar a regularidade da situação da CONTRATADA por meio de consulta on-line ao SICAF, a CONTRATADA estará dispensada de apresentar os documentos de que trata as alíneas “a” e “b” acima.

Parágrafo Segundo - Se a CONTRATADA estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados nesta cláusula deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor.

Parágrafo Terceiro - Além dos documentos relacionados no *caput* desta cláusula, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os seguintes documentos:

a) anualmente: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhado do demonstrativo das contas de lucros e prejuízos que comprovem possuir a CONTRATADA boa situação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A CONTRATADA declara e obriga-se a:

- a) exercer suas atividades em conformidade com a legislação vigente;
- b) não se utilizar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, de trabalho ilegal e/ou análogo ao escravo;
- c) não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 18 anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso;
- d) não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, e, neste caso, o trabalho não poderá ser perigoso ou insalubre, ocorrer em horário noturno e/ou de modo a não permitir a frequência escolar;
- e) não se utilizar de práticas de discriminação negativa e limitativas para o acesso e manutenção do emprego, tais como por motivo de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico etc.;
- f) proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais;
- g) observar e cumprir as disposições contidas na Lei 12.846/2013, incluindo, mas não se limitando a, não se utilizar de práticas corruptas e/ou antiéticas visando obter ou dar vantagem indevida, de forma direta ou indireta, perante a CONTRATANTE.

Parágrafo Único - A CONTRATADA declara que o seu quadro societário não é integrado por atual ou ex-agente da CONTRATANTE, que tenha sido dispensado, exonerado, destituído, demitido ou aposentado no período de 6 meses da data da respectiva desvinculação com a administração pública, ou de parentes deles, em até terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A contratada (e suas coligadas), no âmbito deste contrato, declara(m) e se compromete(m) a:

- a) adotar boas práticas de preservação ambiental, protegendo o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais;
- b) não constar, esta empresa e seus sócios-diretores, em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores socioambientais, bem como não contratar pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

- c) repudiar condutas que possam caracterizar assédio de qualquer natureza;
- d) combater práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes;
- e) respeitar à Declaração Universal dos Direitos Humanos combatendo à discriminação em todas as suas formas;
- f) reconhecer, aceitar e valorizar a diversidade do conjunto de pessoas que compõem a empresa;
- g) obedecer e fazer com que seus empregados, representantes e fornecedores obedeçam a toda legislação, normas e regulamentos aplicáveis à condução dos projetos sociais;
- h) respeitar à livre associação sindical e direito à negociação coletiva;
- i) cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e a regulamentação relativa à prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo;
- j) disseminar práticas de responsabilidade socioambiental na cadeia de fornecedores;
- k) criar ou reforçar, bem como manter, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas da empresa conheçam as leis a que estão vinculadas, em especial os artigos 299, 337-F, 337-G, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L, 337-M e 337-O, do Código Penal Brasileiro, e artigo 155, da Lei 14.133/21, e artigo 1º, da Lei 9.613/98, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para CONTRATANTE;
- l) vedar que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício prometa, ofereça, comprometa-se a dar qualquer tipo de vantagem indevida, de forma direta ou indireta, a qualquer empregado da CONTRATANTE, ou a qualquer pessoa ou empresa em nome da CONTRATANTE.
- m) não financiar, custear, patrocinar ou subvencionar a prática dos atos ilícitos;
- n) proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com empregados da CONTRATANTE;
- o) não fraudar, tampouco manipular o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a CONTRATANTE e não criar pessoa jurídica de modo fraudulento ou irregular para celebrar contrato administrativo;
- p) apoiar e colaborar com a CONTRATANTE e demais órgãos, entidades ou agentes públicos em qualquer apuração de suspeita de irregularidades e/ou violação da lei, refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente.
- q) não utilizar o negócio realizado como meio para infração à legislação e demais normas de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destrução em Massa - PLD/FTP.
- r) e, ainda, declara que:
 - i. tem ciência e se obriga a cumprir integralmente a Lei nº 12.846/2013, observados os atos considerados lesivos à administração pública relacionados no artigo 5º do respectivo normativo legal e a responsabilização e aplicação administrativa e civil que é atribuída à pessoa jurídica em razão do seu cometimento;

- ii. o conteúdo da proposta apresentada não foi informado ou discutido com ou recebido de qualquer outro participante do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;
- iii. tem ciência de que, conforme disposto no artigo 30, da Lei 12.846/13, não se afasta o processo de responsabilização e aplicação das penalidades decorrentes de: I – ato de improbidade administrativa nos termos da Lei 8.429/92; e, II – atos ilícitos alcançados pela Lei nº 14.133/21, ou outras normas de licitações e contratos da administração pública. III – Atos que configurem prática de lavagem ou ocultação de bens direitos e valores alcançados pela Lei nº 9.613/98.
- iv. que o descumprimento das alíneas “k” a “p” ensejará penalidades de acordo com os artigos 299, 337-F, 337-G, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L, 337-M e 337-O, do Código Penal Brasileiro, artigo 5º, da Lei 12.846/13, e artigo 155, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os serviços objeto deste contrato serão fiscalizados por representantes ou comissão de representantes da CONTRATANTE, que terão a atribuição de prestar orientações gerais e exercer o controle e a fiscalização da execução contratual. As orientações serão prestadas diretamente ao preposto da CONTRATADA, designado por ocasião da assinatura do presente contrato.

Parágrafo Único - A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de cumprir as obrigações contratuais assumidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Qualquer reclamação sobre a inexecução ou deficiente execução dos serviços ora contratados, deverá ser feita pela CONTRATANTE à CONTRATADA, por escrito, podendo ser entregue mediante protocolo - Aviso de Recebimento (AR) ou por outros meios com confirmação de recebimento. O não atendimento aos termos da reclamação a que alude esta cláusula, dentro de 5 dias úteis a contar da data da entrega da reclamação, facultará a rescisão contratual, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Sexta e da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A CONTRATADA responderá pecuniariamente por danos e/ou prejuízos que forem causados à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de falha dos serviços ora contratados, inclusive os motivados por greves ou atos dolosos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de efetuar a respectiva indenização até o 5º dia útil após a comunicação, que lhe deverá ser feita por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A CONTRATADA se obriga a informar à CONTRATANTE, no prazo de 48 horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, a CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o contrato, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - A CONTRATADA não poderá utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A não utilização, pelas partes, de qualquer dos direitos assegurados neste contrato, ou na lei em geral, não implica em novação, não devendo ser interpretada como desistência de ações futuras. Todos os meios postos à disposição neste contrato são cumulativos e não alternativos, inclusive com relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - São assegurados à CONTRATANTE todos os direitos e faculdades previstos na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A CONTRATADA se compromete a manter sigilo e confidencialidade absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução deste contrato, no que se refere a não divulgação, integral ou parcial, por qualquer forma, das informações ou dos documentos a eles relativos e decorrentes da execução dos serviços.

Parágrafo Único - Durante a execução deste contrato, a CONTRATADA dará acesso, em tempo hábil, às informações, processos, serviços e/ou suas instalações à CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - A CONTRATADA, por seus dirigentes, prepostos ou empregados, compromete-se, mesmo após o término do presente contrato, a manter completa confidencialidade e sigilo sobre quaisquer dados ou informações obtidas em razão do presente contrato, reconhecendo que não poderão ser divulgados ou fornecidos a terceiros, salvo com expressa autorização, por escrito, da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA será responsável, civil e criminalmente, por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou terceiros em virtude da quebra da confidencialidade e sigilo a que estão obrigadas.

Parágrafo Segundo - Para os fins previstos na presente Cláusula, a CONTRATADA obriga-se a manter sob sua guarda e responsabilidade, Termo de Compromisso com o Sigilo da Informação, firmado por todos os seus empregados que venham a participar da prestação dos serviços objeto deste Contrato, nos termos da minuta constante do Documento que faz parte integrante deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATANTE poderá exigir a qualquer tempo, a apresentação dos Termos a que se refere o Parágrafo Segundo desta Cláusula. A CONTRATADA terá o prazo de 48 horas, a contar da data da solicitação, para a apresentação dos documentos solicitados, sob pena da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Os atos praticados pela CONTRATADA, prejudiciais à execução do contrato, sujeitam-na às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE, por período não superior a 2 anos;

Parágrafo Primeiro - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo, observadas as normas do Regulamento de Licitações e Contratos da BB Tecnologia e Serviços S.A.

Parágrafo Segundo - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 10 dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro - No caso de aplicação de multa por inexecução total ou parcial do Contrato e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 2 dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Quarto - Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos INTERESSADOS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior e aqueles que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, a advertência poderá ser aplicada quando ocorrer execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento deste Contrato, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária, impedimento ou declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - A CONTRATANTE poderá aplicar multa à CONTRATADA nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

Parágrafo Primeiro - Em caso de atraso na apresentação ou integralização da garantia de execução contratual, será aplicada multa de: 0,5% sobre o valor total da garantia, por dia útil de atraso, até o limite de 10%;

Parágrafo Segundo - Multa de até 20% do valor da nota fiscal/fatura do objeto contratado, nas seguintes situações:

- a) inexecução total ou parcial do contrato;
- b) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- c) atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
- d) irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- e) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;
- g) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE;
- h) inadimplemento, por parte da CONTRATADA, de obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas aos seus empregados;
- i) descumprimento das obrigações deste Contrato, especialmente aquelas relativas às características dos serviços, previstas no Documento nº 1 deste Contrato.

Contrato - Serviços sem Cessão de Mão de Obra

Parágrafo Terceiro - Em caso de reincidência, o valor da multa estipulada no parágrafo anterior desta cláusula será elevado em 1% a cada reincidência, até o limite de 30% do valor da nota fiscal/fatura do objeto contratado.

Parágrafo Quarto - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

Parágrafo Quinto - A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados à CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA desde logo autoriza a CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - A suspensão temporária poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados;
- c) atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
- d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- e) irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- f) condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;
- h) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE;
- i) inadimplemento, por parte da CONTRATADA, de obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas aos seus empregados;
- j) descumprimento das obrigações deste Contrato, especialmente aquelas relativas às características dos serviços, previstas no Documento nº 1 deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - Adicionalmente, a CONTRATADA declara ter ciência de que as disposições contidas na Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 9.613/1998 se aplicam ao presente contrato, conforme o disposto nas Cláusulas Décima Segunda e Décima Terceira deste contrato.

CÓDIGO DE ÉTICA E NORMAS DE CONDUTA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - A CONTRATADA declara conhecer e corroborar com os princípios constantes no Código de Ética e Normas de Conduta da CONTRATANTE, disponível na Internet no endereço <http://www.bbts.com.br>.

POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - A CONTRATADA declara conhecer e corroborar com as diretrizes constantes na Política de Relacionamento com fornecedores da CONTRATANTE, disponível na Internet no endereço <http://www.bbts.com.br>.

DA DECLARAÇÃO E GARANTIA ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - A CONTRATADA declara neste ato que está ciente, conhece e entende os termos da Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obriga a abster-se de qualquer atividade que constitua violação das disposições dos termos da lei mencionada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá se oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - A CONTRATADA compromete-se a praticar a governança corporativa de modo a dar efetividade ao cumprimento das obrigações contratuais em observância à legislação aplicável com ênfase nos princípios, normas e práticas de Integridade estabelecidos no Programa de Compliance da BBTS, disponível na Internet no endereço <http://www.bbts.com.br>.

Parágrafo Único - A CONTRATANTE recomenda à CONTRATADA a implantação de Programa de Integridade, caso essa ainda não possua.

POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO, AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E AO FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - A CONTRATADA declara conhecer e corroborar com as diretrizes constantes na Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa da CONTRATANTE, disponível na Internet no endereço <http://www.bbts.com.br>, e, também, que divulga tais diretrizes a seus funcionários alocados na execução do objeto deste contrato.

AUDITAGEM

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - A CONTRATADA declara também concordar com a possibilidade de realização de auditorias por parte da CONTRATANTE visando verificar o cumprimento das cláusulas contratuais e o comprometimento com o seu Código de Ética e Normas de Conduta e Programa de Compliance, devendo o escopo da auditoria ser definido e avaliado mediante os riscos do contrato.

MATRIZ DE RISCOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação de riscos à parte com maior capacidade para geri-los e absorvê-los, a CONTRATANTE e a CONTRATADA identificam os riscos decorrentes desta relação e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Risco constante **do Documento nº 1** deste Contrato.

Parágrafo Único - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

DUE DILIGENCE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - Quando solicitada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá preencher, assinar e encaminhar o FQ415-042 - Questionário de *Due Diligence* com as devidas evidências, no prazo máximo de 3 dias úteis, contados da solicitação do envio do documento, observando que a entrega do questionário respondido é fato determinante para a assinatura de contrato e seus respectivos aditamentos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - Fica a CONTRATADA ciente de que, a critério da CONTRATANTE, poderá ser efetuado o *Background Check* (Análise Reputacional).

BOAS PRÁTICAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - A contratada (e suas coligadas), no âmbito deste contrato, como boas práticas, declara(m) aperfeiçoar continuamente seus produtos e serviços.

PRIVACIDADE, PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - As partes declaram conhecer e cumprir as leis vigentes envolvendo proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), comprometendo-se a limitar eventual uso de dados pessoais, inclusive de seus representantes, somente para execução do objeto e/ou cumprimento de obrigações acessórias deste contrato, abstendo-se de utilizá-los em proveito próprio ou alheio, para fins comerciais ou quaisquer outros, ressalvadas as hipóteses em que o tratamento seja necessário para o cumprimento legal e regulatório ou exercício regular de direitos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição, todas as disposições do instrumento convocatório da Licitação referido no preâmbulo, bem como aquelas constantes da Carta-Proposta apresentada, prevalecendo, onde houver conflito, as disposições deste **contrato**.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Brasília para dirimir qualquer questão oriunda deste contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que se apresente.

E, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento.

INDICAÇÃO DOS SIGNATÁRIOS:

CONTRATANTE: BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.

Nome: Tiago Martins Guedes

Cargo: Gerente de Divisão

Nome: Gruwer Yuri Maciel Nascimento

Cargo: Gerente Executivo

CONTRATADA: INVITEC SERVICOS DE SEGURANCA E TECNOLOGIA LTDA

Nome: Victor Luiz Negreiros de Almeida

Cargo: Sócio Administrador

DOCUMENTO Nº 1 DO CONTRATO**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS****1. Objeto:**

- 1.1. Contratação de empresa especializada, em regime de comodato, para fornecimento, instalação e manutenção de solução tecnológica para controle de acesso de pessoas e veículos na filial Goiânia, de acordo com as condições e requisitos estabelecidos neste documento.

2. Especificações Técnicas:

- 2.1. Abaixo segue a relação de equipamentos mínimos a serem fornecidos via comodato e instalados:

Resumo de Equipamentos*		
Item	Descrição	Quantidade
1	Catraca eletrônica com acesso facial e aproximação RFID (cartão)	4
2	Catraca PCD com acesso facial e aproximação RFID (cartão)	2
3	Controle de acesso com leitor facial e aproximação RFID (cartão), fechaduras, botoeiras e fonte de alimentação	7
4	Controle de veículos via antena UHF e leitora de TAG	1
5	TAG RFID UHF	100
6	Cartão de acesso por aproximação RFID	300
7	Software de controle de acesso	1

*A tabela acima reflete os equipamentos mínimos a serem fornecidos em comodato e instalados. Os demais insumos necessários para a implementação e pleno funcionamento ficarão a cargo da CONTRATADA, que deverá prever em sua proposta orçamentária.

2.1.1. Catracas:

- 2.1.1.1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento e instalação do sistema completo de catracas, incluindo controladoras, cofre de cartões, leitores faciais e de aproximação RFID, e todos os demais componentes necessários para a implementação e funcionamento do sistema.
- 2.1.1.2. As catracas devem ser do tipo comum de 3 (três) braços em aço inox, PCD com braço ou portinhola para passagem de cadeirante e PCD.
- 2.1.1.3. Sistema de leitura de catraca por reconhecimento facial e proximidade RFID (cartão). Cada catraca deve possuir validadores tanto no sentido de entrada quanto de saída, totalizando 4 validadores por catraca (2 faciais e 2 de aproximação por cartão RFID).
- 2.1.1.4. Deverá possuir total integração com software, leitoras, controladoras e demais componentes do sistema.
- 2.1.1.5. A abertura para coleta dos cartões devolvidos deve ser feita através de porta com dobradiça com trancamento à chave ou semelhante que garanta a proteção dos cartões.

- 2.1.1.6. Possibilidade de fluxo de pessoas nos dois sentidos (bidirecional).
- 2.1.1.7. Possuir sistema aberto, não apenas com o software do fabricante (integração com qualquer software).
- 2.1.1.8. Possuir indicação luminosa superior para indicação de entrada e saída autorizada e acesso negado.
- 2.1.1.9. Capacidade para trabalhar em rede, online e offline.
- 2.1.1.10. Deve possuir cofre coletor de cartões com total integração com a catraca, controladora e leitores de cartões *smart cards* previsto neste projeto básico.
- 2.1.1.11. O coletor de cartões não deve permitir a retirada destes pelos usuários.
- 2.1.1.12. Os equipamentos deverão conter:
 - a) Alimentação automática 110/220 VAC, automática;
 - b) Alimentação auxiliar de 12VDC;
 - c) Capacidade para trabalhar em rede, online e offline;
 - d) Equipadas com baterias com capacidade de manter a continuidade de operação lógica em funcionamento, no mínimo por 04 (quatro) horas seguidas;
 - e) Operação plena mesmo em caso de queda do servidor principal;

2.1.2. Controle de Acesso de Portas

- 2.1.2.1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento e instalação do sistema completo de controle de acesso de portas, incluindo controladores de acesso com leitores faciais e por aproximação RFID (cartão de acesso), estabilizadores (UPS), acionadores de emergência, botoeiras, fechaduras eletromagnéticas, molas de portas e todos os demais insumos necessários para o funcionamento completo do sistema.
- 2.1.2.2. Deverá possuir total integração com o software fornecido.
- 2.1.2.3. Nos acessos ou salas (definidas pela CONTRATANTE), será instalada uma leitora facial e por aproximação RFID (cartão), em um único equipamento, integrada a fechadura eletromagnética.

2.1.3. Fecho Eletromagnético

- 2.1.3.1. Deve possuir acessórios para fixação em portas de madeiras e de vidro, incluindo, mas não se limitando a placas de fixação, parafusos e todos os acessórios necessários para fixação e adequação às instalações.
- 2.1.3.2. Deve suportar, no mínimo, 150 Kg de carga quando instalado.
- 2.1.3.3. O equipamento deve ser alimentado por uma fonte carregadora específica para eletroímãs e botoeiras, com capacidade de conexão direta a bateria. A fonte deve garantir autonomia suficiente para operação contínua em caso de interrupção no fornecimento de energia.

2.1.4. Molas de Porta

- 2.1.4.1. Mola aérea para porta de madeira e/ou vidro com acionamento mecânico/hidráulico.
- 2.1.4.2. Possibilitar a instalação em portas que abrem para a direita e para a esquerda.
- 2.1.4.3. Para portas de no mínimo 45 kg.
- 2.1.4.4. Para portas de largura mínima de 60cm.
- 2.1.4.5. Deve possibilitar ajuste de velocidade de fechamento.

2.1.5. Botoeiras de Saída

- 2.1.5.1. A botoeira de abertura de porta deve ser constituída de um botão de aproximação (*touch sem contato*) para requisição de saída, fixado em caixa de inox.
- 2.1.5.2. Deve incluir todos os acessórios necessários para fixação, como parafusos e demais componentes, assegurando a adequação às instalações.

2.1.6. Controle de Acesso de Veículos

- 2.1.6.1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento e instalação do sistema completo de controle de acesso veicular, incluindo cancelas, antenas UHF, TAGs, e todos os demais componentes necessários para a implementação e funcionamento do sistema.
- 2.1.6.2. O acesso deve ser realizado por meio de antena UHF para leitura de TAG.
- 2.1.6.3. Deve haver total integração com o software fornecido, incluindo leitoras, controladoras e outros componentes do sistema.
- 2.1.6.4. Deve possibilitar uma abertura rápida.
- 2.1.6.5. Fonte de alimentação adequada ao local de instalação.
- 2.1.6.6. Em caso de falta de energia, a cancela deve permitir operação manual de forma fácil e sem necessidade de ferramentas.
- 2.1.6.7. Laço indutivo com função antiesmagamento. Será permitido o uso de sensor infravermelho, desde que mantenha as mesmas características de segurança do laço indutivo.
- 2.1.6.8. Sinalização de liberação de entrada e saída por meio de indicação luminosa, digital e/ou sonora.
- 2.1.6.9. Alimentação automática 110/220 VAC.
- 2.1.6.10. Alimentação auxiliar de 12VDC.
- 2.1.6.11. Capacidade de operar em rede, tanto online quanto offline.
- 2.1.6.12. Capacidade de funcionamento em temperaturas ambiente de 0 a 50 graus Celsius.
- 2.1.6.13. Funcionamento pleno mesmo em caso de queda do servidor principal.
- 2.1.6.14. Possibilidade de integração em rede TCP/IP, se necessário.
- 2.1.6.15. Estrutura resistente, com acabamento adequado para intempéries e água.
- 2.1.6.16. Braços articulados confeccionados em material de alta resistência mecânica e a corrosão.
- 2.1.6.17. Opção de acionamento através de botoeira a ser instalada pela CONTRATADA na guarita.

2.1.7. Software de Gerenciamento de Acesso

- 2.1.7.1. Possibilidade de instalação/utilização em, pelo menos, 5 computadores concomitantemente.
- 2.1.7.2. Software para operação integrada de equipamentos, cartões e leitoras, agregando as funcionalidades planejadas no âmbito da CONTRATADA.
- 2.1.7.3. Integração de todos os equipamentos de acesso citados.
- 2.1.7.4. Capacidade de até 1.000 usuários ativos e 250.000 (duzentos e cinquenta mil) visitantes.
- 2.1.7.5. Deve possuir serviço de consulta para busca de todas as categorias de acessos, com pelo menos os campos de matrícula, nome, situação, estrutura (departamento), empresa, autorização de acesso, credencial, string biométrico e foto.
- 2.1.7.6. Acesso ao sistema através de usuário e senha alfanuméricas criptografadas, permitindo criar perfis de acesso (entrada e saída, visualização de dados, cadastros, exclusões, relatórios).
- 2.1.7.7. A solução deve permitir a definição de senha pessoal pelo próprio usuário.
- 2.1.7.8. A solução deve permitir importação de dados para o banco de dados, para que seja atualizado a partir das alterações geradas pelo sistema de gerenciamento, e exportação de dados para utilização em gerador de relatórios, possibilitando emissão de relatórios não previstos no sistema.
- 2.1.7.9. A solução deve permitir o armazenamento, por período não inferior ao de vigência do contrato, das seguintes informações referentes a cada evento (por evento entende-se cada registro de entrada ou saída, ou tentativas de entrada e saída em qualquer das portas controladas ou catracas); código de usuário; código do cartão; nome completo; data e horário do acesso; local ou ambiente acessado; identificação do dispositivo acessado.
- 2.1.7.10. A solução deve manter em banco de dados, por período não inferior ao de vigência do contrato, registro de todos os comandos efetuados no sistema por supervisores e

- operadores (inclusão/alteração/exclusão de usuários ou respectivos dados, cadastramento de visitantes e autorizações em geral).
- 2.1.7.11. Sistema com capacidade de controlar quantidade ilimitada de equipamentos.
 - 2.1.7.12. Sistema interligado de forma online com os equipamentos, resultando em dados instantâneos dentro do sistema.
 - 2.1.7.13. Permitir acompanhar cartões utilizados e/ou não entregues bem como validar os cartões em uso.
 - 2.1.7.14. Permitir detalhar data e hora de validade dos cartões provisórios.
 - 2.1.7.15. Permitir separar visitantes das demais pessoas, imprimir relatórios a cada número de visitantes.
 - 2.1.7.16. O registro e liberação de acesso serão realizados pelas catracas, de forma independente do registro de frequência e do acesso de veículos.
 - 2.1.7.17. Todos os equipamentos deverão estar interligados na rede de dados da BBTS, instalados de maneira integrada e comunicando-se instantaneamente.
 - 2.1.7.18. A solução deve suportar a possibilidade de trabalhar off-line (rede indisponível), através de consulta/atualização da base de dados local (controladora).
 - 2.1.7.19. O modo offline deverá ser utilizado somente em situações de contingência, ou seja, os equipamentos devem prosseguir sua operação normal durante eventuais indisponibilidades de rede.
 - 2.1.7.20. A migração entre as condições online e offline deve ocorrer sem necessidade de intervenção do operador.
 - 2.1.7.21. Cadastrar e gerenciar informações dos funcionários da CONTRATANTE, fornecedores, prestadores de serviços e visitantes.
 - 2.1.7.22. Permitir a autorização de acesso pelos seguintes meios: apresentação de cartão de proximidade e identificação facial e biométrica.
 - 2.1.7.23. A definição da forma de acesso - por leitor de cartão, acesso facial ou biométrico - ficará a cargo da CONTRATANTE.
 - 2.1.7.24. Permitir que o visitante já cadastrado não precise ser recadastrado em visitas posteriores, bastando apenas informar o número do documento de identificação ou nome, para que seu cadastro seja recuperado.
 - 2.1.7.25. Os cadastros de usuários/visitantes deverão conter no mínimo as informações: nome; nº do documento de identificação; tipo de pessoa (funcionário da CONTRATADA, prestador de serviço terceirizado, estagiário, aposentado, visitante etc.); data do cadastro; filial em que está lotado o funcionário; telefone de contato; empresa; local a ser visitado e imagens do cadastramento do visitante.
 - 2.1.7.26. Permitir pesquisa de visitantes na base de dados, pelo número do documento, por parte do nome, pela organização de origem ou por pessoa visitada, para facilitar a recuperação do registro do visitante a partir de sua segunda visita.
 - 2.1.7.27. Permitir pesquisa na base de dados de funcionários por parte do nome, número de documento, número de matrícula ou filial em que trabalha.
 - 2.1.7.28. Consultar acessos de visitantes, identificando se houve devolução de cartão.
 - 2.1.7.29. Possibilitar o controle de período de permanência, consultas e estatísticas personalizadas a critério do usuário, inclusive com geração de relatórios personalizados com as informações contidas no sistema.
 - 2.1.7.30. Permitir a inabilitação de cartões quando: extraviados, vencidos ou por razões definidas pela CONTRATANTE.
 - 2.1.7.31. Permitir a habilitação de cartões anteriormente inabilitados.
 - 2.1.7.32. Em caso de prorrogação contratual, deverá ser fornecida manutenção e atualização do software durante toda a sua vigência, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.
 - 2.1.7.33. A solução deve permitir a criação de setores com acesso diferenciado.
 - 2.1.7.34. A solução deve suportar backup do banco de dados, incremental e full.
 - 2.1.7.35. Deve possuir interface de acesso web através da qual serão disponibilizadas as funcionalidades administrativas do sistema, incluindo o cadastramento de funcionários e visitantes, implementação das políticas e restrições de acesso, bem como a consulta de informações gerenciais, tais como o fluxo e a localização de pessoas.

2.1.8. Cartão de Proximidade RFID

- 2.1.8.1. Fornecer cartões compatíveis para uso nas catracas e nas leitoras de acesso por aproximação RFID (cartão), totalmente integrados ao sistema a ser implementado.

2.1.9. TAG UHF

- 2.1.9.1. Fornecer TAGs UHF para controle de acesso de veículos via antena UHF, totalmente compatível com o sistema a ser implementado.

2.1.10. Treinamento

- 2.1.10.1. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento completo aos funcionários da BBTS para operação, gerenciamento, configuração e manutenção do sistema de controle de acesso, incluindo aulas práticas presenciais e todo o material didático necessário. O treinamento será realizado nas instalações da CONTRATANTE e abrangerá tanto os aspectos de hardware quanto de software do sistema.

2.1.11. Requisitos Gerais dos Equipamentos e Software

- 2.1.11.1. Deve possuir manual do usuário.
- 2.1.11.2. Na impossibilidade de comunicação entre a fechadura biométrica e o servidor de aplicação, o sistema deverá ser capaz de funcionar localmente, considerando as informações previamente armazenadas em um backup local, e em seguida promover a recuperação dos dados registrados localmente quando da recuperação do link.
- 2.1.11.3. Deve garantir a segurança da não abertura automática da porta, diante da falta de energia elétrica, com autonomia de, no mínimo, 12 (doze) horas do eletroímã e unidade de botoeira.
- 2.1.11.4. Deve possuir sistema de nobreak, bateria interna ou externa, recarregável, a cargo da CONTRATADA, que garanta o funcionamento de todo o sistema, em caso de falta de energia, com autonomia de, no mínimo, 12 (doze) horas.
- 2.1.11.5. Deverá possuir comunicação TCP / IP.
- 2.1.11.6. Deverá funcionar no idioma português.
- 2.1.11.7. A controladora de acesso com leitura facial e por aproximação RFID deverá ser um único equipamento.
- 2.1.11.8. A solução deve possuir facilidade e tempestividade para substituição imediata de equipamentos (leitoras e controladoras) ou dos sistemas de controle de acesso.
- 2.1.11.9. A solução deve utilizar filosofia de níveis de acesso. Os ambientes controlados devem ser classificados em níveis de acesso, em função do grau de segurança exigido.
- 2.1.11.10. Deverá ter a função de abertura automática de todos os sistemas em caso de incêndio (função antipânico).

2.1.12. Instalação dos Equipamentos

- 2.1.12.1. Entende-se por instalação os procedimentos destinados a garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos, conforme manuais e normas técnicas específicas, incluindo a adição de peças e/ou componentes, se necessário.
- 2.1.12.2. Toda a instalação deverá ser adequada à infra que será fornecida pela CONTRATANTE, de modo a não interferir esteticamente no aspecto visual da edificação.
- 2.1.12.3. Todos os produtos e materiais utilizados devem ser previamente aprovados pela Fiscalização da CONTRATANTE.

2.1.13. Manutenção Preventiva e Corretiva

- 2.1.13.1. A CONTRATADA será responsável por realizar todas as manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos e softwares, diretamente no local de instalação.
- 2.1.13.2. A CONTRATADA garantirá o perfeito funcionamento dos equipamentos e softwares, inclusive de possíveis trocas, durante todo o período de vigência do contrato, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.
- 2.1.13.3. A cada manutenção preventiva ou corretiva realizada, a CONTRATADA deverá gerar um relatório detalhado, descrevendo os serviços executados, bem como as peças e/ou componentes utilizados.
- 2.1.13.4. Manutenção preventiva refere-se aos procedimentos destinados a prevenir anormalidades e defeitos dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com manuais e normas técnicas específicas, com substituição de peças e/ou componentes, quando necessário.
- 2.1.13.5. A manutenção preventiva inclui a realização de testes elétricos, eletrônicos e mecânicos, ajustes funcionais, limpeza operacional dos equipamentos, além de serviços específicos em casos de falhas, quebras ou defeitos nos mecanismos ou componentes, visando a conservação e o pleno funcionamento dos equipamentos e sistemas. Isso inclui:
 - a) Verificação das catracas, controladoras de acesso, totens, cancelas e software;
 - b) Verificação do software do sistema de acesso;
 - c) Inspeção e manutenção do servidor de aplicação;
 - d) Manutenção do banco de dados, com backups e atualizações necessárias para prevenir perda de dados e lentidão no sistema;
 - e) Testes gerais de funcionamento;
 - f) Lubrificação de peças e componentes, eliminação de ruídos;
 - g) Verificação de outros equipamentos, softwares e serviços não citados, necessários ao pleno funcionamento do sistema de controle de acesso;
 - h) Atualização de firmwares dos equipamentos;
 - i) O suporte preventivo deverá ser realizado trimestralmente, em horário comercial, com agendamento prévio junto à CONTRATANTE.
- 2.1.13.6. A manutenção corretiva refere-se aos procedimentos necessários para restaurar o perfeito funcionamento dos equipamentos, incluindo ajustes e reparos, conforme manuais e normas técnicas específicas, com substituição de peças e/ou componentes, se necessário.
- 2.1.13.7. A manutenção corretiva deverá ser realizada para corrigir anomalias no sistema de controle de acesso, com substituição de peças e/ou componentes, ou reparos em equipamentos e softwares/sistemas, visando o pleno funcionamento do sistema.
- 2.1.13.8. A CONTRATADA deverá realizar atendimento técnico de manutenção corretiva mediante abertura de chamado pelo fiscal de serviço da CONTRATANTE. Além das visitas periódicas, intervenções corretivas serão feitas sempre que necessário.
- 2.1.13.9. A CONTRATADA deverá corrigir erros, bugs e realizar reconfigurações dos softwares/sistemas, além de fornecer upgrades para versões mais recentes, sempre que necessário para o pleno funcionamento.
- 2.1.13.10. Caso o equipamento precise ser retirado para reparo fora de seu local de instalação, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição temporária com equipamento de igual funcionalidade, sem custo adicional para a CONTRATANTE, até a reinstalação do equipamento reparado.
- 2.1.13.11. Os serviços executados, incluindo a substituição de componentes, peças, equipamentos e softwares/sistemas, não terão qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 2.1.13.12. Não haverá limite mínimo ou máximo de chamados para manutenção corretiva, e a CONTRATADA deverá atender e executar todos os chamados abertos, independentemente da quantidade.

2.2. Demais necessidades:

- 2.2.1. Caso haja necessidade de algum trabalho em altura, superior a 2,0 m, onde haja o risco de queda, a CONTRATADA deverá seguir os requisitos aplicáveis conforme NR-35 no Ministério do Trabalho, sendo responsável pela execução e fiscalização da atividade.
- 2.2.2. A CONTRATADA declara ciência de que sobre o preço contratado já estão incluídas todas as despesas necessárias à correta execução dos serviços, tais como deslocamentos, impostos, entre outros.

2.3. Limpeza e descarte:

- 2.3.1. A CONTRATADA será responsável pela limpeza e descarte de toda sujeira causada pelos serviços.
- 2.3.2. Na instalação e manutenções, o piso, mobiliário e equipamentos deverão ser protegidos contra resíduos.
- 2.3.3. O ambiente deverá ser entregue livre de resíduos de materiais que acarrete a desordem no ambiente de trabalho da BB Tecnologia e Serviços.

3. Classificação dos Serviços:

- 3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da CONTRATANTE, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 3.3. A CONTRATADA é integralmente responsável pela gestão de seu pessoal em todos os aspectos, sendo vedado aos colaboradores da BBTS, formal ou informalmente, qualquer tipo de ingerência ou influência sobre a administração da CONTRATADA, ou comando direto sobre os funcionários.

4. Subcontratação:

- 4.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

5. Condições de Entrega:

- 5.1. A CONTRATADA deverá entregar e instalar todos os equipamentos necessários para o controle de acesso na filial da CONTRATANTE, localizada na Rua Umburana, nº 105, QD 52, Setor Santa Genoveva, Goiânia-GO, em até 30 dias corridos, podendo esse prazo ser prorrogado mediante solicitação formal do fornecedor e aceite da BBTS.
- 5.2. Todos os equipamentos de controle devem ter início do seu pleno funcionamento imediatamente após a instalação dos equipamentos.
- 5.3. A CONTRATADA deverá executar o serviço de instalação nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas.
- 5.4. Para a realização dos serviços, a CONTRATADA designará empregados capacitados.

5.5. Todos os materiais de EPI e segurança para os funcionários deverão ser fornecidos pela empresa CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

6. **Informações de Faturamento:**

CNPJ de faturamento: 42.318.949/0020-47

Endereço de faturamento: Rua Umburana nº 105, QD 52, Setor Santa Genoveva, Goiânia-GO, CEP: 74670-150

Inscrição Estadual: 10.037.316-0

Inscrição Municipal: 159.050

7. **Condições de Aceite:**

- 7.1. Na conclusão da instalação deverá ser fornecida documentação final que reflita fidedignamente o projeto executado. Isso inclui os manuais de usuário/operação dos equipamentos instalados, do sistema de gerenciamento com identificações, localizações, interconexões de cada equipamento instalado e as configurações e parametrizações de software.
- 7.2. O aceite da instalação se dará mediante inspeção final, onde será analisada e atestada, pela CONTRATANTE, a total conformidade ao escopo do projeto no tocante a equipamentos, acabamentos, qualidade da execução dos serviços e as funcionalidades do sistema, bem como condições de limpeza dos locais onde foram realizados serviços.
- 7.3. Caso seja detectado a partir da entrega que os equipamentos/materiais fornecidos não atendem às especificações técnicas do objeto, a CONTRATANTE poderá rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando a CONTRATADA a providenciar a substituição do material no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da notificação.
- 7.4. A CONTRATADA se obriga a refazer às suas expensas os serviços rejeitados pela CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias úteis, após a identificação e notificação por escrito dos problemas constatados.
- 7.5. O aceite não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios de quantidade, qualidade ou disparidade, em relação às especificações técnicas exigidas, verificados posteriormente.

8. **Condições de Garantia e Assistência Técnica, Manutenção e Suporte Técnico:**

- 8.1. A CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento de todos os equipamentos e softwares necessários para a integralidade da solução, comprovado por declaração do fabricante ou da própria CONTRATADA, apresentada junto com as demais documentações, garantindo os produtos contra defeito de fabricação, incluindo reposição de peças e componentes, reparação ou substituição de software, durante o prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze meses).
- 8.2. Os serviços de suporte técnico têm por finalidade garantir a sustentação e a plena utilização dos equipamentos e software durante a vigência do contrato. Inclui o atendimento para sanar dúvidas relacionadas a instalação, configuração e uso do software e dos equipamentos ou para correção de problemas destes, em especial na configuração de parâmetros, falhas, erros, defeitos ou vícios identificados no funcionamento da solução.
- 8.3. Os serviços devem compreender a manutenção técnica preventiva e corretiva dos componentes durante toda a vigência do contrato.
- 8.4. A manutenção deve contemplar a atualização de versões do software aplicativo, que incorporarem correções de erros, problemas registrados e melhorias pela empresa CONTRATADA, garantindo um empacotamento estável do sistema. O serviço de atualização deve garantir a atualização devida durante o período de vigência do contrato.
- 8.5. A manutenção preventiva deverá ser realizada periodicamente, pelo menos uma a cada 3 (três) meses, e a corretiva mediante chamado técnico, sempre que necessário, e prestada no local em que o equipamento estiver instalado.

- 8.6. A prestação de serviços engloba a assistência técnica, mediante visitas para a realização de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento de todos os suprimentos/materiais de consumo, sem custo adicional para a CONTRATANTE, inclusive nos casos de descargas elétricas, raios, inundação e outros atos provenientes de condições da natureza.
- 8.7. Caberá à CONTRATADA oferecer suporte e assistência técnica preventiva e corretiva, 7 (sete) dias por semana, de segunda-feira a domingo, durante todo o período de vigência contratual.
- 8.8. A CONTRATADA devera reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, por exigência do gestor do contrato.
- 8.9. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitá-lo e qualificação exigidas.
- 8.10. A CONTRATADA deverá prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas fornecendo todos os equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância as recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e legislação pertinentes.
- 8.11. A CONTRATADA deverá reportar, quando necessário, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços designados pela CONTRATANTE (Fiscal de Serviços) e tomar as medidas preventivas para corrigir todas as falhas detectadas.

9. Homologação:

- 9.1. A CONTRATADA, acompanhada pelo fiscal de serviço ou por pessoa designada, deverá executar presencialmente o teste de todos os equipamentos integrantes do sistema, para assegurar a integridade e perfeito funcionamento no ato da entrega.

10. Condições de Pagamento:

- 10.1. O pagamento do serviço de instalação e fornecimento de cartões e TAGs será creditado, em parcela única, em conta corrente mantida preferencialmente no Banco do Brasil S.A., em nome da CONTRATADA, em até 30 dias corridos a contar da data de emissão da Nota fiscal, acompanhada do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, relativo aos municípios em que o documento é exigido.
- 10.2. O pagamento do comodato será creditado mensalmente, em conta corrente mantida preferencialmente no Banco do Brasil S.A., em nome da CONTRATADA, com primeira parcela em até 30 dias corridos a contar da data de emissão da Nota fiscal, acompanhada do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, relativo aos municípios em que o documento é exigido.
- 10.3. A nota fiscal deverá ser entregue à CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias úteis subsequentes a data de sua emissão, sendo entregue até o dia 21 (vinte e um) do mês de sua emissão, acompanhada do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, relativo à prestação de serviços nos municípios em que o documento é exigido.

11. Multa:

- 11.1. Para efeito de aplicação de multas referentes ao descumprimento de obrigações contratuais, às infrações serão atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA

1	0,2% sobre o valor mensal
2	0,5% sobre o valor mensal

TABELA 2		
ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência, limitada a uma ocorrência.	2
2	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual - EPI, quando necessários; por empregado, por ocorrência, cumulativamente não superior a 10%.	2
3	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência, cumulativamente não superior a 10%.	1
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado; por ocorrência, limitado a uma ocorrência.	1
5	Execução de serviços de forma incorreta, em desconformidade com as normas técnicas pertinentes, com padrão de qualidade inferior ou em prazos superiores à média de mercado, embasados em clara deficiência técnica do(s) profissional(is) envolvido(s) ou por falta de equipamento ou ferramenta adequados, por ocorrência, cumulativamente não superior a 10%.	2
6	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por ocorrência, cumulativamente não superior a 10%.	1
7	Executar serviço incompleto ou de caráter paliativo, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência, cumulativamente não superior a 10%.	2
10	Deixar de cumprir a programação periódica de manutenção preventiva; por item, por ocorrência, cumulativamente não superior a 10%.	1

12. Acordo de Nível de Serviço:

12.1. Os atendimentos de suporte deverão ser prestados no mesmo dia e as manutenções corretivas em até 24 horas, 7 (sete) dias por semana, de segunda-feira a domingo, durante todo o período de vigência contratual. Isso inclui, se aplicável, a reposição de mecanismos de segurança/proteção do software.

12.2. O contrato de manutenção deverá contemplar os seguintes serviços durante sua vigência:

Contrato mensal de manutenção	
Serviços	Escopo/ANS
Atendimento de suporte técnico via telefone, e-mail	No mesmo dia, sem limitação de nº de chamados
Atendimento de suporte técnico via conexão remota para o software	
Quantidade de visitas de manutenção corretiva	Sem limitação
Visitas agendadas para manutenção preventiva	Trimestralmente
Atualização de software (correção de erros, melhorias)	Sempre que houver correções ou nova versão liberada. A implementação das novas funcionalidades e treinamento dos funcionários da BBTS, se necessário, deverá
Upgrade de software (novos recursos)	
Treinamento de reciclagem	

Contrato - Serviços sem Cessão de Mão de Obra

	ser agendada e ocorrerem em até 10 dias após a liberação
Reposição de mecanismo de segurança/proteção de software (se aplicável) em caso de dano, perda, roubo e furto	Em até 24 HORAS, sem limitação.
Atendimento de manutenção corretiva	

12.3. No caso de indisponibilidade total ou parcial do sistema de software de controle de acesso, a CONTRATADA deverá solucionar o problema e restabelecer a operacionalidade do sistema em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação formal de suporte por parte da CONTRATANTE.

12.4. Para as solicitações de suporte não atendidas até o prazo supracitado, será glosado multa conforme item 11.1 deste projeto básico, na fatura do mês subsequente, para cada solicitação registrada e não atendida, limitado a 10% (vinte por cento), sem prejuízo das penalidades estabelecidas no contrato.

13. Aspectos de Segurança:

13.1. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente as normas de engenharia, de segurança e de medicina do trabalho recomendadas pelas legislações aplicáveis, fornecendo aos seus empregados os equipamentos de proteção individual (EPI) que forem necessários à realização dos serviços.

13.2. A CONTRATADA será responsável por qualquer dano ou prejuízo causado por si ou por seus prepostos à CONTRATANTE, ou a terceiros, por ação ou omissão, inclusive, mas não limitados àqueles decorrentes da utilização pelos seus prepostos dos equipamentos utilizados na prestação de serviços.

13.3. A CONTRATADA se compromete a guardar sigilo absoluto sobre os serviços executados e sobre quaisquer informações que venha a ter acesso.

13.4. Utilizar mão de obra capacitada, que assegure a execução integral dos serviços nos prazos convencionados com segurança e qualidade.

13.5. Zelar pela segurança dos materiais e equipamentos, não permitindo seu manuseio por pessoas não habilitadas.

14. Vigência:

14.1. O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses.

15. Repactuação de preços/Reajuste:

15.1. O preço estipulado poderá ser repactuado mediante acordo entre as partes, de acordo com a legislação vigente, adotando-se como parâmetros básicos a qualidade e os preços de mercado para a prestação dos serviços objeto deste contrato.

15.2. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

16. Matriz de risco:

CATEGORIA DO RISCO	DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	ALOCÇÃO DO RISCO
--------------------	-----------	--------------	------------------

Risco atinente ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratada
-------------------------------------	--	--	------------

Contrato - Serviços sem Cessão de Mão de Obra

	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratante

Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Contratada
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Contratada
	Violação de dados pessoais de TERCEIROS identificados e identificáveis por falha de segurança técnica e administrativa.	Sujeito às penalidades contratuais por infringência à Lei Geral de Proteção de Dados.	Contratada
	Violação de dados pessoais de terceiros identificados e identificáveis por descumprimento das orientações do Contratante.	Sujeito às penalidades contratuais por infringência à Lei Geral de Proteção de Dados.	Contratada
	Violação de dados pessoais de terceiros identificados e identificáveis por descumprimento das normas de proteção de dados.	Sujeito às penalidades contratuais por infringência à Lei Geral de Proteção de Dados.	Contratada
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratada

Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário)	Responsabilização da CONTRATANTE por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da CONTRATANTE.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Contratada
---	--	--	------------

17. Qualificação Econômico-Financeira:

17.1. A qualificação econômico-financeira da CONTRATADA será avaliada de acordo com os seguintes critérios:

17.1.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor, acompanhado do demonstrativo das contas de lucros e prejuízos que comprovem sua boa situação financeira.

17.1.1.1. No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a apresentação dessa documentação servirá também para comprovação de enquadramento nessa condição, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

17.1.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

17.1.2. A comprovação da boa situação financeira da CONTRATADA será baseada também na obtenção de Índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado maior que 1, em todos os índices aqui mencionados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

17.1.3. Comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

18. Qualificação Técnica:

18.1. A qualificação técnica da CONTRATADA será avaliada de acordo com os seguintes critérios:

18.1.1. No mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica comprovando que executa/executou serviço compatível em características ao indicado no projeto básico.

18.1.2. Comprovação que já executou objeto compatível com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de um ano na execução de objeto compatível ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados.

18.1.3. Será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o subitem acima, não havendo obrigatoriedade de o ano ser ininterrupto.

18.1.4. A CONTRATADA deve disponibilizar, se solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia simples do contrato que deu suporte à contratação, cópia das notas fiscais, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

19. Due Diligence:

- 19.1. Considerando que a BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. implementou a gestão de risco de fornecedores por meio de *Due Diligence*, e que a referida ferramenta permite aumentar a segurança nas contratações e na gestão, fica a CONTRATADA, ciente de que, a critério da BB Tecnologia e Serviços, poderá efetuar o *Background Check* (Análise Reputacional) e solicitar que a CONTRATADA preencha, assine e encaminhe o FQ415-042- Questionário de *Due Diligence*, com as devidas evidências, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do envio, observando que a entrega do questionário respondido e suas evidências é fato determinante para a assinatura do contrato.

20. Garantia Financeira da Execução Contratual:

- 20.1. Será exigida garantia de 5% sobre o valor contratado, nos termos do artigo 70 da Lei nº 13.303/16.
- 20.2. A garantia deverá ser válida durante todo o período de vigência do contrato, estendendo-se por mais 3 meses após o término desse período.

DOCUMENTO Nº 2 DO CONTRATO

DEMONSTRATIVO DE ORÇAMENTO DE CUSTOS

Item	Descritivo	Unid.	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unitário Mensal	Custo Total Mensal	Custo Total 12 meses
Custo (A) comodato (valor mensal e anual)							
1	Catraca eletrônica com acesso facial e aproximação RFID (cartão)	Unid.	4	Controlid iDBLOCK NEXT	R\$ 582,50	R\$ 2.330,00	R\$ 27.960,00
2	Catraca eletrônica modelo PCD	Unid.	2	Controlid iDBLOCK PNE	R\$ 749,16	R\$ 1.498,32	R\$ 17.979,84
3	Controle de acesso com leitor facial e aproximação RFID (cartão), fechaduras, botoeiras e fonte de alimentação	Unid.	7	Controlid iDFACE PRO	R\$ 100,00	R\$ 700,00	R\$ 8.400,00
4	Controle de veículos via antena UHF de leitora de TAG, com cancelas e demais componentes necessários	Unid.	1	iDUHF	R\$ 125,00	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00
5	Software de controle de acesso	Unid.	1	iDSECURE ENTERPRISE	R\$ 415,83	R\$ 415,83	R\$ 4.989,96
Custo Total (A)							R\$ 60.829,80
Custo (B) Serviço de instalação + Fornecimento de Cartões Personalizados (Custo Único)							
1	Serviços de instalação (infraestrutura) e configuração (software)	Srv	1	--	--	--	R\$ 13.040,00
2	Cartão de acesso por aproximação RFID		300	--	--	--	R\$ 1.470,00
3	TAG RFID UHF	Srv	100	--	--	--	R\$ 490,00
Custo Total (B)							R\$ 15.000,00
VALOR GLOBAL (A + B):							R\$ 75.829,80

Contrato - Serviços sem Cessão de Mão de Obra

DOCUMENTO Nº 3 DO CONTRATO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ACEITE DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**

Por intermédio deste termo de homologação e aceite, a **CONTRATANTE** confirma o recebimento dos serviços contratados através do **Contrato de Prestação de Serviços**, firmado pelas partes em XXXXXXXXXXXXXXX, que, foram verificados e testados quanto a sua conformidade perante a **CONTRATADA** e, dá nesta data, seu aceite e recebimento sem perda do direito da garantia e outras faculdades previstas no Contrato.

Brasília, _____ / _____ de 200_

CONTRATANTE**CONTRATADA**

DOCUMENTO Nº 4 DO CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO COM O SIGILO DA INFORMAÇÃO

UTILIZAR ESTE DOCUMENTO, NOS CASOS EM QUE OS TRABALHADORES POSSAM TER ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, expedido pela _____, CPF nº _____, pelo presente Termo, assumo perante a empresa [PRESTADORA DE SERVIÇOS] _____ o compromisso de manutenção de sigilo sobre as informações a que tenha acesso ou conhecimento no âmbito da CONTRATANTE em razão das atividades profissionais a serem realizadas em decorrência do contrato de trabalho _____, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa.

Comprometo-me a não as divulgar ou comentá-las interna ou externamente e cumprir as condutas adequadas contra destruição, modificação, reprodução, divulgação e acesso indevidos, seja acidental ou intencionalmente, nos termos da Política de Segurança da Informação.

Estou ciente que este Termo refere-se a todas as informações da CONTRATANTE - dados, processos, informações, documentos e materiais - seja qual for o meio ou suporte através do qual seja materializada ou compartilhada: escrita em papel ou nos sistemas eletrônicos, falada em conversas formais e informais, disseminada nos meios de comunicação internos como reuniões, televisão etc., e que estejam protegidas por lei, como sigilo fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, empresarial, profissional, industrial e segredo de justiça.

Este compromisso permanece mesmo após a extinção do contrato de trabalho com a empresa prestadora de serviços.

Declaro que a CONTRATANTE tem minha permissão prévia para acesso e monitoramento do ambiente de trabalho.

Local e Data - _____, _____ de _____ de _____.

EMPRESA:
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO:
NOME:
RG: CPF:

Assinatura do Usuário

AUTORIZADO POR
NOME: CARGO:

DOCUMENTO Nº 5 DO CONTRATO
QUESTIONÁRIO DE DUE *DILIGENCE*

O questionário de *DUE DILIGENCE* encontra-se disponível para consulta no site da BBTS (<https://www.bbts.com.br/canal-do-fornecedor/>).